



**Simulado Preparatório para o
Concurso da Superintendência do
Sistema Penitenciário do Pará**

Cargo: Agente Prisional

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 04h
- ✓ Banca Organizadora: AOCP
- ✓ Número de Questões: 50
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

**Conteúdo Programático / Número de
Questões**

- Língua Portuguesa – 10
- Legislação – 20
- Conhecimentos Específicos – 20

Importante

O simulado é feito com muito carinho e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

**Este simulado está sendo
disponibilizado de maneira gratuita!**

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

O Agente Prisional tem o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Agentes geralmente trabalham em regime de escala, muitas vezes configurada em um dia de serviço e dois/três dias de folga (olha que tempo bom pra descansar e curtir!)

Durante o curso de formação, você aprenderá noções de direito, primeiros-socorros, escolta, legislações específicas, armamento e outros tópicos importantes.

A remuneração do recém formado está na casa dos R\$2,4 mil reais.

Bom Simulado!

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 1 a 4)

Longe é um lugar que existe?

Voamos algum tempo em silêncio, até que finalmente ele disse: "Não entendo muito bem o que você falou, mas o que menos entendo é o fato de estar indo a uma festa."

— Claro que estou indo à festa. — respondi. — O que há de tão difícil de se compreender nisso?

Enfim, sem nunca atingir o fim, imaginando-se uma Gaivota sobrevoando o mar, viajar é sentir-se ainda mais pássaro livre tocado pelas lufadas de vento, contraponto, de uma ave mirrada de asas partidas numa gaiola lacrada, sobrevivendo apenas de alpiste da melhor qualidade e água filtrada. Ou ainda, pássaros presos na ambivalência existencial... fadado ao fracasso ou ao sucesso... ao ser livre ou viver presos em suas próprias armadilhas...

Fica sob sua escolha e risco, a liberdade para voar os ventos ascendentes; que pássaro quer ser; que lugares quer sobrevoar; que viagem ao inusitado mais lhe compraz. Por mais e mais, qual a serventia dessas asas enormes, herança genética de seus pais e que lhe confere enorme envergadura? Diga para quem serve? Ao primeiro sinal de perigo, debique e pouse na cerca mais próxima. Ora, não venha com desculpas esfarrapadas e vamos dona Gaivota, espante a preguiça, bata as asas e saia do ninho! Não tenha medo de voar. Pois, como é de conhecimento dos "Mestres dos ares e da Terra", longe é um lugar que não existe para quem voa rente ao céu e viaja léguas e mais léguas de distância com a mochila nas costas, olhar no horizonte e os pés socados em terra firme.

Longe é a porta de entrada do lugar que não existe? Não deve ser, não; pois as Gaivotas sacodem a poeira das asas, limpam os resquícios de alimentos dos bicos e batem o toc-toc lá.

1. A respeito do texto, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O autor parece, ao longo do texto, trabalhar com níveis diferentes de abstração, partindo de uma situação mais concreta para algo mais abstrato.

b) O texto explora a sensação de liberdade que a viagem proporciona, comparando-a à liberdade que os pássaros têm ao voar.

c) O autor inicia o texto mencionando a viagem de avião, o que se revela pelo termo "Voamos", e se limita a essa modalidade de viagem ao longo do texto.

d) De acordo com o texto, as pessoas devem buscar explorar novos terrenos, sair de sua zona de conforto, o que é feito por meio da viagem.

e) O autor desconstrói a ideia de que longe é um lugar inalcançável, desculpa muito utilizada pelas pessoas que não querem sair de suas casas para explorar novos horizontes.

2. Analisando-se os parágrafos do texto, é correto afirmar que

a) o parágrafo inicial serve como pano de fundo para a reflexão a ser desenvolvida ao longo do texto.

b) o segundo parágrafo diverge completamente do primeiro, abordando o tópico viagem, quando o primeiro trata do assunto festa.

c) o autor, no terceiro parágrafo, aponta para o fato de que as pessoas, de maneira geral, não viajam porque têm medo de voar.

d) o último parágrafo trata da distância que as gaivotas precisam voar após sua alimentação.

e) no parágrafo final, o autor não responde à pergunta proposta no título.

3. Em "Fica sob sua escolha e risco [...]", o elemento "sua" refere-se

a) a "suas próprias armadilhas".

b) ao próprio leitor.

c) a "a liberdade para voar os ventos ascendentes".

d) ao autor.

e) a “uma Gaivota”.

4. Releia o terceiro e o quarto parágrafos do texto. A respeito do uso do pronome “seu” e suas variações, assinale a alternativa correta.

- a) Em todos os casos, os pronomes possuem os mesmos referentes. Apesar disso, percebe-se uma mudança de intenção comunicativa entre um parágrafo e outro.
- b) Não há como identificar o referente do pronome no terceiro parágrafo.
- c) Apesar de haver referentes diferentes em cada parágrafo, não é possível dizer que há mudança de intenção comunicativa no texto.
- d) Os pronomes possuem referentes diferentes em cada parágrafo, o que marca uma mudança de intenção comunicativa no texto.
- e) Não há como identificar o referente do pronome “suas” no terceiro parágrafo.

Texto II (Questões 5 e 6)

A oferta

Recentemente cancelei o serviço de TV a cabo por estar insatisfeita com a empresa. Após o cancelamento, recebi dezenas de ligações deles tentando me convencer a voltar a ser cliente. A última foi num sábado antes das oito da manhã e, claro, eu estava dormindo.

— Senhora, podemos lhe dar seis meses de isenção de mensalidade!

— Realmente não tenho interesse.

— A senhora pode, então, oferecer a promoção a um amigo!

Respirei fundo e, já irritada, disse:

— Sinceramente, só recomendaria essa oferta a um inimigo.

— Sem problema! A senhora pode me passar o nome e o telefone de seu inimigo?

5. Todas as alternativas a seguir apresentam características do texto II.

Qual delas MELHOR o caracteriza como humorístico?

- a) Sequência de eventos.
- b) Presença de narrador e personagens.
- c) Uso do vocativo “senhora”.
- d) Discurso direto.
- e) Quebra de expectativa.

6. A respeito dos usos do verbo “poder” ao longo das falas do atendente, assinale a alternativa correta.

- a) Todos os casos possuem o mesmo sentido, de possibilidade, mostrando que o atendente mantém a mesma estratégia para convencer a mulher.
- b) Apenas os dois últimos casos possuem o mesmo sentido, de solicitação, pois, nesse momento, o atendente está buscando captar novos clientes.
- c) Os três usos possuem sentidos diferentes, apesar de todos estarem relacionados com a mesma estratégia de captação de clientes.
- d) Cada um dos usos possui um sentido, revelando as diferentes estratégias empregadas pelo atendente para manter e captar novos clientes.
- e) Todos os casos possuem o mesmo sentido, de solicitação, pois o tempo todo o atendente está pedindo que a mulher, de alguma forma, mantenha o serviço oferecido pela empresa.

7. Em “Dia e noite o garoto a atormentava com a exigência”, ocorre uma figura de linguagem denominada de:

- a) Catacrese
- b) Elipse
- c) Metáfora
- d) Aliteração
- e) Antítese

8. Assinale a sequência em que figuram apenas palavras oxítonas.

- a) Há – você.
- b) Elegância – experiência.
- c) Lá – insuportável.
- d) É – ínfimo.
- e) Quê – silêncio.

9. O termo destacado em “Trata-se de uma ficha **QUE** pode ser adquirida em qualquer papelaria.”, no contexto, é:

- a) partícula expletiva.
- b) pronome relativo.
- c) conjunção integrante.
- d) conjunção subordinativa causal.
- e) conjunção subordinativa consecutiva.



10. Assinale a alternativa que preenche, respectivamente e de acordo com a norma-padrão, as lacunas das frases baseadas no texto dos quadrinhos.

- O pato _____ formiga como estava a distribuição de renda no formigueiro.
- Quanto à minha baiana, minha renda não dá nem para _____ no carnaval.

- a) indagou à ... enfeitar ela.
- b) indagou a ... enfeitar a ela.
- c) perguntou a ... a enfeitar.

- d) indagou a ... lhe enfeitar.
- e) perguntou à ... enfeitá-la.

Legislação

11. **NÃO** é órgão da execução penal:

- a) Defensoria Pública.
- b) Conselho da Comunidade.
- c) Juízo da Execução.
- d) Comissão de Constituição e Justiça.
- e) Conselho Penitenciário.

12. A respeito dos estabelecimentos penais, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Haverá instalação destinada à Defensoria Pública.
- b) Serão instaladas salas de aulas destinadas a cursos de ensino básico e profissionalizante.
- c) O preso provisório ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado.
- d) Haverá instalação destinada a estágio de estudantes universitários.
- e) O preso primário não cumprirá pena em seção distinta daquela reservada para os reincidentes.

13. A Lei nº 7.210, de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal (LEP), determina que:

- I. A prestação de trabalho externo por parte do apenado dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de um terço da pena.
- II. O condenado do regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
- III. A remuneração fruto da prestação de trabalho deverá ser utilizada exclusivamente para despesas pessoais do apenado.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

14. Acerca do regime disciplinar diferenciado e de acordo com o disposto no art. 52 da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que:

- a) caso a conduta do preso implique sujeição ao regime disciplinar diferenciado, será relevada a caracterização de falta grave, para que não haja dupla punição pelo mesmo fato.
- b) o regime disciplinar diferenciado tem duração máxima e improrrogável de trezentos e sessenta e cinco dias.
- c) o preso condenado, caso apresente alto risco para a segurança do estabelecimento penal, poderá ser encaminhado ao regime disciplinar diferenciado, o que não ocorre com o preso provisório.
- d) o regime disciplinar diferenciado, em que o preso tem direito a visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, poderá abrigar presos provisórios.
- e) a prática de crime doloso pelo preso condenado, além de implicar falta grave, automaticamente determina sujeição ao regime disciplinar diferenciado.

15. Sobre a saída temporária, assinale a alternativa que corretamente traz um requisito para sua concessão.

- a) Cumprimento mínimo de um sexto da pena, ou, em caso de crime hediondo, de dois quintos da sanção penal, ou de três quintos, em caso de reincidência.
- b) Manifestação favorável do Ministério Público.

- c) Compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.
- d) Decisão judicial, ainda que imotivada.
- e) Comportamento carcerário avaliado como ótimo.

16. De acordo com a Lei de Execução Penal considera-se egresso:

- I. o liberado condicional, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da saída do estabelecimento;
- II. o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;
- III. o liberado condicional, durante o período de prova.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) apenas a afirmação I está correta.
- b) apenas a afirmação II está correta.
- c) as afirmações I e II estão corretas.
- d) as afirmações II e III estão corretas.
- e) todas as afirmações estão corretas.

17. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso. A penitenciária é um tipo de estabelecimento penal e destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime

- a) aberto
- b) fechado
- c) provisório
- d) semiaberto
- e) pensão alimentícia

18. Constituem deveres do condenado:

- a) constituição de pecúlio e poupança.
- b) obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se.
- c) chamamento nominal do cônjuge e amigos em dias determinados

- d) retribuição ao trabalho e sua remuneração
- e) assistência material, à saúde, jurídica e educacional.

19. Constituem direitos dos presos, previstos na Lei de Execuções Penais, EXCETO:

- a) previdência social;
- b) audiência especial com o diretor do estabelecimento prisional;
- c) asseio da cela ou alojamento;
- d) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- e) chamamento nominal.

20. As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. As alternativas a seguir apresentam faltas graves segundo a lei de execução penal, à exceção de uma Assinale-a.

- a) Deixar de conservar em ordem os objetos de uso pessoal.
- b) Fugir.
- c) Tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- d) Descumprir, no regime aberto, as condições impostas.
- e) Faltar com o dever de obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deve relacionar-se.

21. Assinale a alternativa incorreta a respeito do poder de polícia da administração pública:

- a) A Constituição brasileira autoriza os entes federativos a instituírem impostos e taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- b) A manifestação do poder de polícia ocorre quando o Poder Público interfere no domínio dos interesses privados, restringindo direitos individuais.

c) Além das atribuições típicas das corporações policiais, as atividades oriundas do poder de polícia também são exercidas por outros órgãos administrativos.

d) Afigura-se inválido o ato de polícia praticado por um agente de ente federativo que não possua competência constitucional para regular a matéria.

e) O exercício do poder de polícia encontra fundamento no princípio da supremacia do interesse público.

22. Sobre poder vinculado e poder discricionário, pode-se afirmar corretamente:

a) Discricionariedade, tecnicamente, é o mesmo que arbitrariedade, ou seja, é o poder que o agente público tem para escolher a conduta que melhor reputar, dentro dos limites legais.

b) Poder vinculado é a faculdade conferida à autoridade administrativa de escolher, ante determinada circunstância, uma entre várias soluções possíveis, tal como escolher a forma como exercerá o poder de polícia administrativa.

c) Os estatutos funcionais de servidores, na parte que tratam de regime disciplinar, ao estipularem que deve ser aplicada determinada punição para determinada infração administrativa, trazem exemplo de atos discricionários.

d) A discricionariedade sempre deverá ter expressa previsão legal que confira liberdade de escolha ao agente público para decidir qual conduta vai escolher, e nunca haverá discricionariedade tácita, isto é, pelo simples silêncio da lei.

e) O ato administrativo, apesar de discricionário, pode ser submetido à apreciação judicial, nos casos em que o agente público desrespeitar os limites legais dessa discricionariedade.

23. Consideram-se entes da administração direta

- a) as entidades vinculadas ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
- b) as entidades da sociedade civil qualificadas como organização social.
- c) as autarquias.
- d) os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios.
- e) as fundações públicas.

24. Sobre a Administração Pública indireta e suas entidades, afirma-se corretamente que:

- a) a criação das entidades da Administração Pública indireta é fruto da chamada desconcentração administrativa, promovida pela lei.
- b) o patrimônio de todas as entidades da Administração Pública indireta é considerado formado de bens públicos, uma vez que são estruturas estatais voltadas para atender ao interesse público.
- c) todas as autarquias e fundações públicas possuem personalidade jurídica de direito público, enquanto as empresas públicas e sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado.
- d) pode ocorrer que várias entidades da Administração Pública indireta sejam vinculadas a um único órgão da Administração Pública direta, mas nunca poderá ocorrer que uma mesma entidade esteja vinculada a mais de um órgão da Administração Pública centralizada, em razão do princípio da Tutela ou Controle.
- e) as entidades da Administração Pública indireta com personalidade jurídica de direito público têm o seu capital formador totalmente público, enquanto as entidades

com personalidade jurídica de direito privado reclamam a existência apenas de um capital formador majoritariamente público.

25. Assinale a alternativa que contempla um tipo de ato administrativo dotado do atributo da imperatividade.

- a) Autorização para conceder o uso de bem público.
- b) Licença de funcionamento de comércio.
- c) Permissão de serviço público.
- d) Sentença judicial.
- e) Decreto de desapropriação.

26. No que se refere aos vícios de competência na administração pública, assinale a opção correta.

- a) A remoção de ofício de servidor caracteriza abuso de poder.
- b) Quando o vício de competência não pode ser convalidado, caracteriza-se hipótese de nulidade absoluta.
- c) A convalidação é o ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, operando efeitos posteriores.
- d) A usurpação de poder ocorre quando um servidor público exerce a função de outro servidor na mesma repartição.
- e) Ocorre desvio de poder quando a autoridade policial se excede no uso da força para praticar ato de sua competência.

27. Ana Beatriz, servidora pública estadual, investida no cargo de Agente Prisional da SUSIPE-PA há 4 (quatro) anos, auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo, cometendo, portanto, ato de improbidade administrativa. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o ato de improbidade administrativa

cometido pela servidora poderá imputar:

- a) na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) apenas na suspensão dos direitos políticos e na indisponibilidade dos bens.
- c) apenas no ressarcimento ao erário público.
- d) no afastamento da função pública por 30 (trinta) dias, com remuneração.
- e) no afastamento da função pública por 60 (sessenta) dias, sem remuneração.

28. Se a administração pública de um estado da Federação tiver de contratar um grupo de dança consagrado pela mídia local para festividades do aniversário da capital desse estado, a contratação, nesse caso, deverá ocorrer mediante

- a) dispensa de licitação em razão da escolha do executante.
- b) inexigibilidade de licitação por previsão legal.
- c) concurso.
- d) licitação na modalidade convite.
- e) licitação na modalidade tomada de preços.

29. Acerca dos direitos e deveres consagrados pelo art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato.
- b) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, não comportando, no entanto, indenização por dano moral ou à imagem.

c) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

e) Aos autores, pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, direito este de caráter personalíssimo, sendo intransmissível, mesmo aos herdeiros.

30. Conforme estabelece a Constituição Federal, são dois exemplos de cargos públicos privativos de brasileiro nato:

- a) de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de oficial das Forças Armadas.
- b) de Deputado Federal e de Presidente da República.
- c) de Senador da República e de Ministro de Estado da Defesa.
- d) de Deputado Federal e de Deputado Estadual.
- e) de Vereador e da carreira diplomática.

Conhecimentos Específicos

31. Constitui requisito para a tipificação do crime de organização criminosa

- a) a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a cinco anos.
- b) a atuação de estrutura organizacional voltada à obtenção de vantagem exclusivamente econômica.
- c) a divisão de tarefas entre o grupo, mesmo que informalmente.
- d) a prática de crimes antecedentes exclusivamente transnacionais.
- e) a estruturação formal de grupo constituído por três ou mais pessoas.

32. Antônio e mais três pessoas, todas desempregadas, reuniram-se no intuito de planejar e executar crimes de roubos armados a carros-fortes. Nessa situação hipotética, a conduta de Antônio

- a) não caracteriza crime de associação criminosa, pois, havendo mais de três agentes, caracteriza-se a organização criminosa, dado o princípio da especialidade.
- b) só poderá ser caracterizada como crime de organização criminosa se a pena máxima prevista pelos delitos praticados for igual ou superior a quatro anos e se estes tiverem caráter transnacional.
- c) configura crime de roubo em concurso de pessoas, em face da associação transitória dos agentes, já que não houve divisão de tarefas nem hierarquia entre eles.
- d) só poderá ser caracterizada como crime de associação criminosa se os outros agentes forem maiores de idade ou praticarem pelo menos um roubo.
- e) configura crime de associação criminosa, ainda que os agentes sejam quatro e a pena máxima prevista para a prática do crime de roubo seja superior a quatro anos.

33. A colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/13 (Organização Criminosa),

- a) autoriza que o juiz profira sentença condenatória apenas com base nas declarações do agente colaborador.
- b) prevê que, para fazer jus aos benefícios da lei, seja indispensável que o colaborador tenha revelado a estrutura hierárquica e a divisão de tarefas da organização criminosa.

- c) é um meio de obtenção de prova permitido, apenas, na primeira fase da persecução penal.
- d) prevê restrições ao direito ao silêncio.
- e) prevê que o juiz participe de todas as negociações realizadas pelas partes para a formalização do acordo de colaboração.

34. A Lei no 12.850/13 define organização criminosa e dispõe sobre a respectiva investigação criminal e os meios de obtenção de prova. Em situação definida pela lei como colaboração premiada, dentre todas as medidas previstas na lei, quanto ao líder da organização NÃO caberá a

- a) concessão do perdão judicial.
- b) exclusão do rol de denunciados.
- c) redução da pena privativa de liberdade em até dois terços.
- d) substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- e) progressão de regime sem o preenchimento dos requisitos objetivos.

35. De acordo com a Lei nº 12.850/13, a infiltração de agentes:

- a) é técnica que pode ser aplicada na investigação de crimes sancionados com pena mínima de quatro anos de reclusão;
- b) é técnica de investigação preliminar que torna o agente infiltrado imune à responsabilidade criminal;
- c) será deferida pelo prazo de sessenta dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada a sua necessidade;
- d) depende de requerimento que contenha demonstração, dentre outros, da necessidade da medida e alcance das tarefas dos agentes;
- e) demanda que a autoridade responsável pela sua implementação apresente

relatório circunstanciado a cada quinze dias.

36. Nos termos da Lei Federal nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, é correto afirmar que

a) a Secretaria da Receita Federal do Brasil conservará os dados fiscais dos contribuintes pelo prazo mínimo de 15 (quinze) anos, contados a partir do início do exercício seguinte ao da declaração de renda respectiva ou ao do pagamento do tributo.

b) em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, percebendo remuneração proporcional ao tempo de serviço, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

c) em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

d) a Secretaria da Receita Federal do Brasil conservará os dados fiscais dos contribuintes pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, contados a partir do início do exercício seguinte ao da declaração de renda respectiva ou ao do pagamento do tributo.

e) em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, sem direito à remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

37. Quando o autor do crime de lavagem de capitais colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações

penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime, a pena:

a) poderá ser reduzida de um sexto até a metade e ser cumprida em regime exclusivamente aberto.

b) poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto.

c) poderá ser reduzida de um sexto até a metade e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto.

d) poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime semiaberto.

e) poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto.

38. De acordo com a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre crime de lavagem de dinheiro, analise as afirmativas abaixo.

I. A Lei nº 9.613/98 traz um rol taxativo de crimes em relação aos quais é possível a lavagem de dinheiro quando o agente ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente deles.

II. A pena será aumentada de um a dois terços, se os crimes definidos na referida lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.

III. Aquele coautor do crime de lavagem de dinheiro que, espontaneamente, colaborar com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações

penais, não faz jus à diminuição de pena.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

39. Consoante a Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997), assinale a alternativa correta.

- a) A Lei de Tortura aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- b) Se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 70 (setenta) anos, aumenta-se a pena um sexto até a metade.
- c) O crime de tortura é inafiançável e suscetível de graça ou anistia.
- d) A condenação pela prática do crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- e) O condenado por crime previsto na Lei de Tortura, via de regra, iniciará o cumprimento da pena em regime semiaberto.

40. Em conformidade com a Lei Federal nº 9.455/97, ocorre a inativação de crime de tortura em razão de discriminação

- a) sexual.
- b) política.
- c) de nacionalidade.
- d) religiosa.
- e) econômica.

41. Caso o crime de tortura seja cometido por agente público, a pena é aumentada de

- a) um oitavo a um quinto.
- b) um oitavo a um quarto.
- c) um sexto a um terço.
- d) um quinto a um terço.
- e) um quarto a um meio.

42. Genival, Delegado de Polícia Civil do Estado do Pará, prende em flagrante delito Marcos, pelo crime de estupro. Ao encarcerá-lo junto a outros detentos determina que Marcos passe a noite despido, devolvendo-lhe suas vestes somente na manhã seguinte. De acordo com a Lei nº 4.898 de 1965, sem prejuízo de outras sanções penais, Genival estará sujeito a sanções

- a) penal e disciplinar, sendo vedada a sanção civil.
- b) administrativa, somente, por não ter observado as determinações em vigor para encarceramento de detento.
- c) civil, eximindo-se as demais sanções com a efetiva reparação dos danos morais provocados.
- d) penal, somente, que absorverá as sanções das demais esferas.
- e) administrativa, penal e civil.

43. “De acordo com a Lei de Abuso de Autoridade, apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de _____, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- a) 24 horas
- b) 48 horas

- c) 5 dias
- d) 10 dias
- e) 15 dias

44. Quanto aos crimes de abuso de autoridade previstos na Lei n.º 4.898/1965, assinale a alternativa correta.

- a) A prática do crime sujeitará o autor à sanção administrativa e à penal, apenas.
- b) Os crimes podem ser praticados sob a forma culposa.
- c) Têm pena máxima cominada de seis meses de detenção.
- d) São crimes apuráveis mediante ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- e) De acordo com a Lei, constitui abuso de autoridade qualquer atentado ao direito de greve.

45. São metas da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, exceto

- a) Criação e reformulação de bancos de dados em âmbito estadual e nacional sobre o sistema prisional.
- b) garantia de estrutura física de unidades prisionais adequada à dignidade da mulher em situação de prisão.
- c) Incentivo aos órgãos municipais de administração prisional para que promovam a efetivação dos direitos fundamentais no âmbito dos estabelecimentos prisionais.
- d) promoção de ações voltadas à segurança e gestão prisional.
- e) capacitação permanente de profissionais que atuam em estabelecimentos prisionais de custódia de mulheres.

46. A respeito do acordo de leniência, previsto na Lei Federal n° 12.846/2013, é correto afirmar que

- a) mesmo no caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica não ficará impedida de celebrar novo acordo a qualquer tempo.
- b) poderá ser celebrado com a pessoa jurídica que colabore com as investigações, desde que dessa colaboração resulte, dentre outras consequências, a condenação dos demais envolvidos na infração.
- c) a proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.
- d) esse acordo, quando alcançar resultados efetivos, isentará a pessoa jurídica da obrigação de reparar o dano causado.
- e) os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, desde que firmem o acordo separadamente.

47. De acordo com as disposições da Lei no 12.846/2013 e suas alterações, a responsabilização da pessoa jurídica pela prática de atos lesivos contra a Administração pública

- a) é de natureza objetiva, nos âmbitos administrativo e civil.
- b) é proporcional à culpabilidade de seus administradores.
- c) depende da comprovação de culpa ou dolo.
- d) é adstrita à esfera administrativa e de natureza objetiva.
- e) enseja, exclusivamente, sanções de natureza pecuniária.

48. João Fernandes foi condenado à pena de oito anos de reclusão pela prática do crime de estupro de vulnerável. Quando se encontrava em regime semiaberto, foi encontrado na cela com um telefone celular escondido embaixo do seu colchão. Diante dessa situação, é correto afirmar que João

- a) praticou falta grave e, caso punido, poderá ter todos os seus dias remidos revogados.
- b) não praticou falta grave, pois a execução penal também está sujeita ao princípio da legalidade.
- c) praticou falta grave, mas, mesmo punido, não poderá ter o período de contagem do livramento condicional interrompido.
- d) praticou falta grave e, caso punido, poderá ter até metade dos dias remidos revogados.
- e) praticou falta grave, mas, mesmo punido, não poderá ter aplicada a regressão de regime de cumprimento de pena.

49. O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico destina-se aos inimputáveis e

- a) semi-imputáveis.
- b) gestantes e parturientes.
- c) condenados acometidos de doença grave.
- d) imputáveis.
- e) presos provisórios doentes.

50. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado

- a) ficar impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho.

- b) praticar fato definido como crime doloso ou falta grave.
- c) ficar impossibilitado, por acidente, de prosseguir nos estudos.
- d) for ameaçado de morte.
- e) estiver acometido de doença grave.

Gabarito

1. C	2. A	3. B	4. D	5. E	6. D	7. E	8. A	9. B	10. E
11. D	12. E	13. B	14. D	15. C	16. D	17. B	18. B	19. C	20. A
21. A	22. E	23. D	24. D	25. E	26. B	27. A	28. B	29. C	30. A
31. C	32. E	33. D	34. B	35. D	36. C	37. B	38. B	39. A	40. D
41. C	42. E	43. B	44. C	45. C	46. C	47. A	48. C	49. A	50. B

Como foi? Acertou várias?

Esperamos que sim!

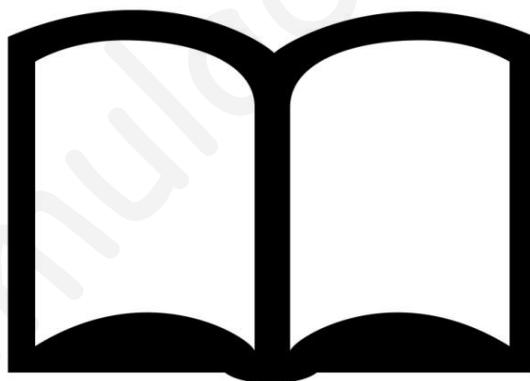
Leia e releia as questões que você talvez tenha errado.

Avalie-nos quanto a esse Simulado.

Fique a vontade para sugerir novas provas!

Curta e Compartilhe nosso material.

Rumo à Aprovação!



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!